

O PERFIL DO ENSINO DE ECONOMIA DO TRABALHO NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI^(*)

THE PROFILE OF BRAZILIAN LABORE ECONOMICS COURSES IN THE BEGINING OF XXI CENTURY

José Paulo Zeetano Chahad ^(**)

RESUMO

Este texto retoma uma linha de pesquisa iniciada pelo autor em meados da década de 1980, com o objetivo de saber o que se ensinava nos cursos de Economia do Trabalho nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, tanto em nível de graduação, quanto na pós-graduação. Naquela ocasião, esta disciplina era relativamente recente no cenário dos cursos de Ciências Econômicas. Nos dias atuais, as escolas de Economia se expandiram, o mundo do trabalho tem passado por grandes transformações, o ensino das Ciências Econômicas sofreu avanços, especialmente na área dos métodos quantitativos, o mercado de trabalho brasileiro passou por grandes transformações, todos representando fatos que acabam por justificar um novo estudo visto trazerem elementos de mudanças no conteúdo dos programas. Retorna-se aqui, pois, àquela linha de investigação, estruturando-se o presente texto da seguinte forma. A seção 2 descreve as razões que motivaram o autor a retomar o estudo sobre o perfil dos cursos de Economia do Trabalho, em adição ao que já se disse nesta introdução. A seção 3 contém um sumário do artigo publicado em 1990, tendo em vista servir de comparação com relação ao desenvolvimento da disciplina após aquele período. A seção 4 explica os procedimentos da coleta das informações e obtenção dos programas de curso das IES consultadas. A seção 5 analisa o conteúdo dos programas sob várias óticas, tanto em nível de graduação, quanto de pós-graduação. A seção 6 estabelece, dentro de certos parâmetros, uma comparação do ensino da disciplina entre o Brasil e o Resto do Mundo. A seção 7 tece algumas considerações finais e a seção 8 contém as Referências Bibliográficas.

Palavras-chave: Economia do Trabalho; Trabalho; Mercado de Trabalho; Economia; Ciências Econômicas; ANPEC.

ABSTRACT

This text recover a line of research initiated by the author in the mid-1980s, aiming to know what is taught in courses of Labor Economics in Brazilian Higher Education Institutions, both at the graduate level, as in post-graduate level. At that time, this discipline was relatively new in the setting of the courses of Economics Sciences in Brazil. Today, the Schools of Economics have expanded with new courses, the world of work has gone through major transformations, the teaching of Economics Sciences has been progress, especially in the area of quantitative methods, the Brazilian labor market has undergone major transformations, all that facts justify a new study bringing elements of changes to the content of programs. To learn the changes in the profile of Labor Economics programs taught in Brazilian Economic Schools due to these facts we structuring this text as follows. Section 2 describes the reasons for the author to recover the study on the profile of the courses of Labor Economics, in addition to what has been said in this introduction. Section 3 contains a summary of the article published in 1990, in order to provide a comparison with the development of this discipline after that period. Section 4 explains the procedures for information collection and for acquisition of programs from the courses of the Higher Education Institutions consulted. Section 5 analyzes the content of programs under various perspectives, both in terms of graduation, as post-graduation. Section 6 establishes, within certain parameters, a comparison of teaching the discipline between Brazil and the rest of the world. Section 7 presents some final considerations and Section 8 contains the references list.

Keywords: Labor Economics; Labor; Labor Market; Economy; Economic Sciences; ANPEC.

(*) Pesquisa de caráter voluntário, realizada com o apoio institucional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). A elaboração deste texto contou com a inestimável participação da psicóloga Carolina Chahad Secco durante sua fase de coleta e tabulação das informações, bem como na discussão sobre a forma da apresentação do texto final. A ela um agradecimento especial. Auxiliaram, também, a secretária Felisbela Rossetti na parte de edição do texto, a estagiária Roberta Cristina Possamai, na elaboração dos gráficos e tabelas, bem como na busca de informações. O autor agradece a todas as Instituições e pessoas aqui mencionadas e as isenta de eventuais erros existentes nesta versão do texto. Esclarece, ainda, que as opiniões do autor expressas ao longo deste texto não devem ser identificadas com as Instituições aqui mencionadas. A versão integral dos resultados desta pesquisa encontra-se publicada como Contribuição Especial nos *Anais do X Encontro Nacional da ABET — Balanço e Perspectivas do Trabalho no Brasil*, Salvador, 11 a 14 de novembro de 2007 (CD-ROM).

(**) Professor Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. E-mail: jpchahad@usp.br.

Este texto retoma uma linha de pesquisa iniciada pelo autor em meados da década de 1980, com o objetivo de saber o que se ensinava nos cursos de Economia do Trabalho nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação. Naquela ocasião, esta disciplina era relativamente recente no cenário dos cursos de Ciências Econômicas, posto que havia sido introduzida ao final da década de 1970, inicialmente na pós-graduação, e posteriormente nas aulas da graduação da FEA-USP.⁽¹⁾

Hoje, passados 30 anos desde que esta disciplina começou a frequentar o *currículo* dos cursos de Economia e cerca de 20 anos desde que a primeira pesquisa sobre o perfil do ensino de Economia do Trabalho foi realizada e já no alvorecer do Século XXI, renovou-se o interesse em se verificar o que ocorreu com o avanço da disciplina neste período em face das condições cambiantes encontradas. As escolas de Economia se expandiram, o mundo do trabalho tem passado por grandes transformações, o ensino das Ciências Econômicas sofreu avanços, especialmente na área dos métodos quantitativos, o mercado de trabalho brasileiro passou por grandes transformações, todos representando fatos que acabam por justificar um novo estudo visto trazerem elementos de mudanças no conteúdo dos programas.

Retorna-se aqui, pois, àquela linha de investigação, estruturando-se o presente texto da seguinte forma. A seção 2 descreve as razões que motivaram o autor a retomar o estudo sobre o perfil dos cursos de Economia do Trabalho, em adição ao que já se disse nesta introdução. A seção 3 contém um sumário do artigo publicado em 1990, tendo em vista servir de comparação com relação ao desenvolvimento da disciplina após aquele período. A seção 4 explica os procedimentos da coleta das informações e obtenção dos programas de curso das IES consultadas. A seção 5 analisa o conteúdo dos programas sob várias óticas, tanto em nível de graduação, quanto de pós-graduação. A seção 6 estabelece, dentro de certos parâmetros, uma comparação do ensino da disciplina entre o Brasil e o Resto do Mundo. A seção 7 tece algumas considerações finais e a seção 8 contém as Referências Bibliográficas.

1. OS ELEMENTOS MOTIVADORES PARA RETOMAR O ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS CURSOS DE ECONOMIA DO TRABALHO

Conforme se afirmou na introdução, a principal motivação é dar sequência a uma linha de pesquisa iniciada em meados dos anos 1980 sobre o ensino desta disciplina no Brasil. Naquele estudo pioneiro, em sua introdução, já se estabeleceu que:

Este texto... representa um esforço *inicial* de pesquisa, cuja etapa seguinte consistirá numa ampliação desta versão, com base em material que venha a ser obtido em decorrência desta publicação. (CHAHAD, 1990, p. 107). (grifo do autor)

(1) Para maiores detalhes ver o texto do autor "O perfil dos cursos de economia do trabalho no Brasil", *Revista Literatura Econômica*, v. 12, p. 107-124, jan./dez. de 1990.

Assim, atualizar o artigo publicado pela *Revista Literatura Econômica* do IPEA aparece como uma *primeira motivação* para o presente estudo. Este procedimento permitirá verificar a evolução da disciplina desde aquela época até os dias atuais.

Uma *segunda motivação* advém da necessidade de saber o que se ensina, nos dias de hoje, nas Instituições de Ensino Superior (IES) do país, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, sob o rótulo de Economia do Trabalho. Esta atualização se impõe, pois decorridos cerca de 20 anos entre uma pesquisa e outra, são inúmeros os fatos que afetaram o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, bem como o ensino da disciplina sofreu avanços no cenário internacional, especialmente sob a ótica dos métodos quantitativos, e dos impulsos da informática.

No plano interno dos fatos, afetando o comportamento do mercado de trabalho, tivemos, nos anos 1990, o controle do processo inflacionário, a abertura comercial, a queda do emprego formal, o aumento da informalidade, especialmente nas zonas urbanas, as mudanças tecnológicas reduzindo o emprego, as privatizações, entre outros. Nos anos 2000, temos o crescimento do emprego formal, a queda da concentração de renda, a redução do trabalho infantil, e o esforço educacional como elementos afetando o mercado de trabalho.

No plano externo, a globalização dos mercados, os avanços da informática e das telecomunicações, a volatilidade dos fluxos financeiros determinaram uma necessidade crescente de maior flexibilidade e menor regulamentação dos mercados de trabalho locais, com a proliferação da “terceirização” e de inúmeras formas atípicas de contratos de trabalho. Além disso, aceleraram-se os processos de integração regional, com impactos sobre os fluxos migratórios, bem como estes passaram a ocorrer em maior escala em função das facilidades nos transportes.

No campo do ensino da Economia em geral, e da Economia do Trabalho em particular, os métodos econométricos sofreram grandes avanços assim como a geração e o armazenamento das informações estatísticas, ampliando bastante a possibilidade de utilização dos microdados.⁽²⁾ Além disso, o avanço nos métodos quantitativos e a ampliação na utilização dos dados primários sofreram forte impulso dos processos de informática.

A revolução nas telecomunicações proporcionada pela *internet* e seus derivativos (notícias *online*, debates *online*, dados *online*, *links* sobre o mundo do trabalho *online* etc.) têm contribuído para modificar a pesquisa e o ensino da disciplina, ao permitir que professores, alunos e pesquisadores explorem melhor novos conceitos teóricos e percebam mais a realidade de novas evidências empíricas por meio de novas histórias, debates de políticas públicas e contato com novas fontes de dados.

A *terceira motivação* refere-se ao interesse em saber, na medida em que as informações recebidas permitirem, o grau de aderência do que se ensina na disciplina aos fenômenos observados no mercado de trabalho brasileiro, à época da pesquisa. Trata-se de uma tarefa relativamente difícil, uma vez que estudos desta realidade acabam por

(2) Entre outros avanços temos a nova econometria de séries temporais quando as séries de dados são não estacionárias e a utilização de dados em Painel para estudos longitudinais. Além disso, a Teoria dos Jogos proporcionou novos enfoques no campo da Economia em geral, com desdobramentos na própria Economia do Trabalho.

revelar os mais diversos enfoques para este tipo de curso, notadamente por se tratar de uma disciplina eletiva, ou seja, é “matéria de escolha” do aluno de Economia, seja em nível de graduação ou de pós-graduação.

A *quarta motivação* diz respeito a avaliar comparativamente, e dentro de certos critérios, o ensino desta disciplina no Brasil com aquilo que tem sido observado recentemente como ensino de Economia do Trabalho no cenário internacional. Esta disciplina surgiu inicialmente nos países onde o capitalismo mais rapidamente se manifestou, com a consolidação de um mercado de trabalho assalariado, na Europa, em especial na Inglaterra e mais fortemente nos Estados Unidos. Este surgimento se deu entre as décadas de 1940 e 1950.

No Brasil, estes cursos começaram a despontar na década de 1970, vindo, portanto, na sequência da adoção por aqueles países. Nesse sentido, é importante saber se os avanços e mudanças de conteúdo que têm ocorrido no programa desta disciplina no cenário internacional, e que devem estar refletindo o chamado “conhecimento de fronteira”, têm sido incorporados por IES de Economia brasileiras que possuem esta disciplina em sua grade curricular, seja na graduação ou na pós-graduação.

2. O PERFIL DO ENSINO DE ECONOMIA DO TRABALHO NO BRASIL NOS ANOS 1980⁽³⁾

De acordo com *Chahad* (1990, página 111), o marco legal referente à introdução desta disciplina nos cursos de Ciências Econômicas no território brasileiro ocorre por meio da Resolução n. 11/84, do Conselho Federal de Educação do MEC, de 26.6.1984, que normatizou o Parecer CFE 375/84, em que se estabeleceu que o curso de graduação em Ciências Econômicas fosse compreendido como um *currículo mínimo*. A disciplina Economia do Trabalho aparecia como matéria de formação profissional, listada como “matéria de escolha” do aluno.

Historicamente, contudo, os primeiros cursos foram introduzidos em nível de graduação e pós-graduação na FEA-USP, ao final da década de 1970. De acordo com o levantamento realizado pelo autor, até o final da década de 1980, apenas oito faculdades em nível de graduação em Economia, e nove centros de pós-graduação, todos ligados à Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), ministravam a disciplina Economia do Trabalho.

Dentre as tendências e perspectivas observadas na etapa inicial de surgimento e desenvolvimento desta disciplina como um campo de estudo na área das Ciências Econômicas no Brasil notava-se:

a) Apesar de envolver um número ainda muito limitado de escolas de economia, era grande a diversidade de programas e inúmeros os enfoques adotados.

b) Com raras exceções, não havia predominância de uma única corrente de pensamento econômico, com os programas adotando uma linha pluralista de ensino, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

(3) Esta seção se fundamenta no texto do autor “O perfil dos cursos de economia do trabalho no Brasil”, *Revista Literatura Econômica*, v. 12, Rio de Janeiro IPEA, jan./dez. 1990.

c) A maioria dos programas combinava aspectos relativos à aplicação do instrumental da teoria econômica com a visão histórica da Economia do Trabalho, utilizando farto material empírico no desenvolvimento da disciplina.

d) Grande parte dos programas focalizava modelos elaborados em países desenvolvidos, mas com um nítido avanço para a formulação de um instrumental teórico e analítico voltado para a realidade brasileira.

e) Existia uma relativa correspondência entre os níveis de graduação e pós-graduação, com o programa da disciplina apresentando semelhança em escolas nas quais a mesma era ministrada em ambos os níveis.

f) Seu caráter eletivo e a pluralidade de enfoques representavam fatores impeditivos de uma possível padronização da disciplina.

g) Era grande a utilização de referências bibliográficas em língua estrangeira especialmente inglesa. Notava-se, contudo, o surgimento de inúmeros textos sobre a temática em língua portuguesa, sendo que a abordagem de temas específicos era produzida por autores nacionais. Verificava-se, além disto, que alguns cursos já apresentam um esboço de livro-texto na área, voltado inclusive para a problemática nacional.

De qualquer forma, seja do ponto de vista legal, ou então como “matéria de escolha” inserida no *currículo mínimo*, a Economia do Trabalho, surgida no país em meados da década de 1970, continuava, em 1990, sua marcha em direção à sua consolidação como uma disciplina nos cursos de graduação e pós-graduação em Economia.

3. A FONTE DAS INFORMAÇÕES SOBRE O PERFIL DOS CURSOS DE ECONOMIA DO TRABALHO EM 2006

3.1. Procedimentos amostrais referentes ao levantamento das informações

A obtenção dos programas de Economia do Trabalho oferecidos pelas IES brasileiras se deu da seguinte forma: o passo inicial foi a redação de uma correspondência especialmente elaborada para este fim.⁽⁴⁾ Esta foi enviada, por meio eletrônico, para 229 IES, na área de graduação em Economia, obtidas na página do Ministério da Educação (MEC), em que estão cadastradas.⁽⁵⁾ Isto significa que trabalhamos com o universo das IES credenciadas pelo MEC.⁽⁶⁾ Visando a maximizar o volume de respostas, em decorrência de dificuldades existentes na coleta eletrônica das respostas, a mesma correspondência eletrônica foi enviada às entidades quatro vezes — entre abril e junho de 2006.

Em nível de pós-graduação, foram contatados os 29 centros da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), por meio de uma carta semelhante à anterior, mas ligeiramente modificada para atender aos interesses da pesquisa.⁽⁷⁾

(4) A íntegra dessa correspondência, para os níveis de graduação e pós-graduação, encontra-se nos Anexos I e II do texto completo publicado nos Anais da ABET conforme mencionado no rodapé n.1.

(5) A opção pelo levantamento estatístico na forma eletrônica traz consigo vantagens e desvantagens, mas permite uma agilidade maior que os métodos convencionais de obtenção de informações. Além disso, considerou-se um procedimento melhor no sentido de superar inconvenientes da postagem normal, uma vez que os endereços obtidos no cadastro do MEC referiam-se a unidades centrais das IES, e, certamente, a tramitação de correspondência dentro das mesmas aumentaria ainda mais o tempo da pesquisa e a taxa de mortalidade das respostas. Por fim, este método foi, também, o mais compatível com uma pesquisa com forte limitação de recursos.

(6) A lista completa das IES que receberam a correspondência encontra-se disponível aos interessados no endereço eletrônico do autor, mediante solicitação.

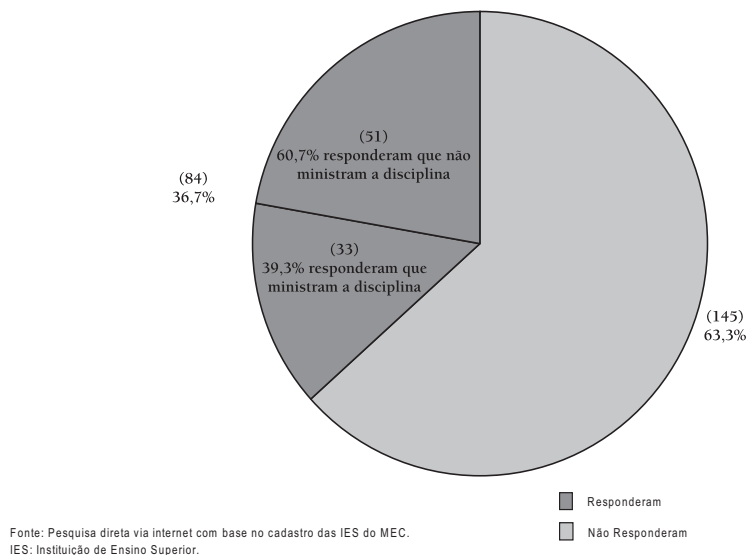
(7) A ANPEC representa a Instituição que congrega os principais centros brasileiros de pós-graduação em Economia. Ela

Uma vez que na carta para as IES de graduação houve a solicitação explícita quanto ao envio dos programas de graduação e também de pós-graduação, neste nível, ao incluirmos também a ANPEC, trabalhamos em nível de pós-graduação, com o universo de Instituições potencialmente ofertantes da disciplina Economia do Trabalho.

3.2. O perfil do universo pesquisado

O gráfico 1 revela que 84 IES, aproximadamente 36,7% do total, no nível de graduação, responderam sobre a existência, ou não, do curso de Economia do Trabalho em sua grade curricular. Apesar do esforço em repassar a correspondência houve predominância da ausência de respostas, sendo esta interpretada como não existência do curso. Dentre estas instituições que responderam à consulta, 33 declararam ministrar a disciplina, ou seja, aproximadamente 39,3% das que responderam ministravam efetivamente o curso com este título, ou uma variante dele, conforme mostra o mencionado gráfico.

Gráfico 1
Perfil dos Cursos de Economia do Trabalho no Brasil, 2006.
Graduação (total de 229 IES consultadas)

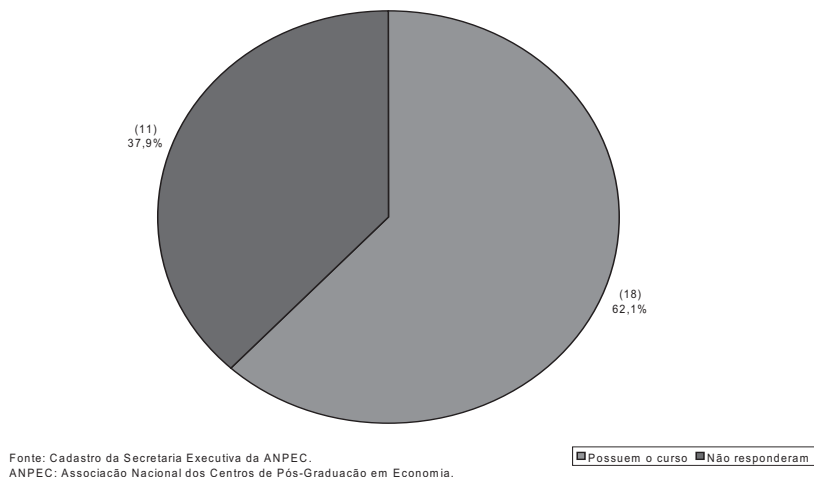


Em nível de pós-graduação, 62,1% responderam oferecer o curso, enquanto o restante das instituições pesquisadas nada respondeu sobre a solicitação formulada, de acordo com o gráfico 2. Somando-se ambos os níveis (graduação e pós), a pesquisa captou 51 IES brasileiras, ou programas, que oferecem a disciplina Economia do Trabalho.⁽⁸⁾

se compõe de centros associados e/ou daqueles que dela participam para utilizarem seu exame nacional como critério de acesso ao seu programa de pós-graduação. A correspondência foi enviada a todos os centros da Instituição. Por facilidade de comunicação, a consulta aos centros da ANPEC se estendeu até abril de 2007. Ver site www.anpec.org.br.

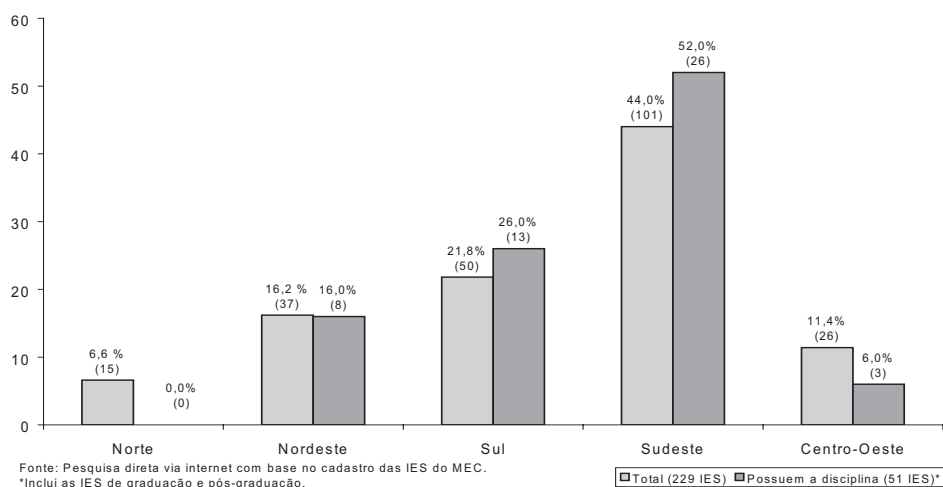
(8) Este cálculo deve ser interpretado com cautela, tendo apenas propósitos ilustrativos. Isto porque, respeitando as limitações da informação recebida, fizemos um cruzamento das mesmas entre os níveis de graduação e pós-graduação tendo constatado que 8 instituições, dentre as 229 cadastradas no MEC, oferecem a disciplina Economia do Trabalho, tanto em graduação, quanto em seus programas de pós-graduação. Estas instituições são: FEA-USP; PUC-RJ; PUC-SP; UNICAMP; UFSC; UNESP; UFMG e UFRN.

Gráfico 2
Perfil dos Cursos de Economia do Trabalho no Brasil, 2006.
ANPEC (Pós-graduação) (29 centros consultados)



A distribuição regional das IES contatadas encontra-se no **gráfico 3**, em que se nota uma predominância de Instituições do Sudeste e do Sul. Verifica-se ainda, neste gráfico, que a adoção dessa disciplina parece ser mais acentuada nos Estados do Sul e do Sudeste do que a própria concentração das IES cadastradas junto ao MEC naquelas regiões. Outro resultado indicado pelo gráfico é a ausência de escolas ensinando esta disciplina na região Norte, não se sabendo se decorrente do baixo número de IES existente, ou à inexistência de respondentes, ou mesmo à falta de oferta da disciplina na região.

Gráfico 3
Perfil dos Cursos de Economia do Trabalho no Brasil, 2008.
Distribuição regional das IES consultadas



O ideal, para sabermos o alcance da enquete, seria que tivéssemos recebido um expressivo número de respostas relativamente à correspondência eletrônica enviada, independentemente do fato da IES ministrar ou não a disciplina. Tendo em vista, porém, as dificuldades de tramitação de uma pesquisa desta natureza dentro das instituições, decorrente da burocracia, ou mesmo do desinteresse e considerando também que a maior parte delas não deve ministrar, ou mesmo saber da existência da disciplina para a qual foi conclamada a opinar, pode-se considerar boa a receptividade à enquete realizada. Isto nos permitirá mostrar um quadro relativamente fidedigno da realidade dos cursos de Economia do Trabalho no cenário educacional do ensino superior brasileiro.

3.3. Um comparativo sobre a amostra do estudo de 1990 e o estudo de 2006

Apenas para situar o leitor, esta seção faz uma breve comparação sobre o número de IES pesquisadas pelo autor, tendo em vista saber o perfil dos cursos de Economia do Trabalho naqueles dois momentos do tempo. Em ambos os casos, foi utilizado, como fonte primária para as informações sobre as instituições, o cadastro das escolas credenciadas pelo MEC para ministrarem cursos de Ciências Econômicas, no que diz respeito ao nível de graduação, e o cadastro da ANPEC relativamente aos centros que ministram cursos de pós-graduação em Economia.

A **tabela 1** fornece indicações da evolução dos dados amostrais entre as duas pesquisas realizadas. No caso da graduação, enquanto o universo de instituições cresceu 52,7%, a expansão das escolas oferecendo Economia do Trabalho cresceu substancialmente mais, isto é, 312,0%. Com relação à pós-graduação deu-se o contrário, pois a expansão dos centros da ANPEC foi maior (141,7%) do que o aumento das instituições que oferecem a referida disciplina (100,0%).

Outra observação pertinente é que, a despeito da oferta da disciplina ter crescido bastante em ambos os níveis, o aumento observado nos cursos de graduação foi praticamente o triplo daquele constatado para o nível de pós-graduação.

Tabela 1
Perfil dos cursos de Economia do Trabalho: universo investigado 1990 e 2006

Nível	Ano		Variação (%)
	1990	2006	
I — Graduação			
Total de IES	150	229	52,7
IES que oferecem Economia do Trabalho	8	33	141,7
II — Pós-graduação			
Total de centros da ANPEC	12	29	312,7
Centros que oferecem Economia do Trabalho	9	18	100,0

Fonte: Elaboração do autor.

4. O PERFIL E A DESCRIÇÃO DOS CURSOS OFERECIDOS EM 2006: UM SUMÁRIO

Esta seção resumirá os principais aspectos relativos aos programas de curso recebidos daquelas IES que afirmaram oferecer o curso de Economia do Trabalho regularmente.⁽⁹⁾ Esta não é uma tarefa fácil dada a diversidade de enfoques e o volume de informações recebidas. Uma forma de contornar esta dificuldade foi elaborar um quadro-resumo contendo as informações fornecidas pelas Instituições respondentes, para cada nível de ensino.

4.1. O ensino de Economia do Trabalho na graduação⁽¹⁰⁾

O exame dos programas recebidos será focado sob os seguintes aspectos: alcance e abrangência da disciplina; nomenclatura; conteúdo dos programas e bibliografia. Ressalta-se que será aqui apresentada uma “tendência predominante” uma vez que, assim como no estudo realizado em 1990, verificou-se tratar de uma disciplina bastante heterogênea quanto ao conteúdo e de caráter eletivo.

(a) O alcance e a abrangência da disciplina

Conforme foi mencionado na seção 2, trata-se de uma disciplina que surgiu como um campo de estudo em meados da década de 1970, tendo sido incluída como parte das “matérias de escolha”, no elenco das disciplinas optativas quando se adotou, em 1984, o *currículum mínimo* para os cursos de Economia.

Embora o princípio do *currículum mínimo* tenha paulatinamente perdido importância, seja do ponto de vista de projeto didático-pedagógico, bem como tenha sofrido muitas mudanças do ponto de vista legal, a ampliação dos cursos de Economia do Trabalho nos programas de graduação em Ciências Econômicas ocorreu sob o requisito de que ela representa uma disciplina de escolha do aluno, possuindo sempre o caráter de eletiva.⁽¹¹⁾ De fato, não se detectou nenhuma IES em que esta disciplina entre no rol daquelas consideradas obrigatórias ao bacharel das Ciências Econômicas.⁽¹²⁾

Dentro de uma perspectiva mais ampla, a Economia do Trabalho já pode ser considerada uma disciplina de **dimensão nacional** sendo oferecida pelos grandes centros de formação acadêmica, assim como por escolas de médio e pequeno porte, tanto nas

(9) A relação das IES que responderam, destacando se a mesma oferece a disciplina de Economia do Trabalho, tanto em nível de graduação, quanto de pós-graduação pode ser vista nos Anexos III e IV do texto completo publicado nos Anais da ABET, conforme mencionado no rodapé n.1.

(10) Esta seção se fundamenta no quadro 1 do texto completo publicado nos Anais da ABET a que se refere a nota de rodapé n. 1.

(11) A questão legal do *currículum mínimo* tem sofrido várias alterações desde sua implantação. Após vários anos de discussões e inúmeros pareceres técnicos, a Resolução CNE/CES n. 7, de 29 de março de 2006, instituiu as “Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Bacharelado e deu outras providências”. Em seu artigo 13, estabeleceu que ficava revogada a Resolução CFE n. 11, de 26 de junho de 1984, que criava o *currículum mínimo*. Posteriormente, com base no Parecer CNE n. 95/2007, e homologado por Despacho do Senhor Ministro da Educação, e publicado no DOU, em 9.7.07, aquelas Diretrizes foram alteradas por meio da Resolução n. 4, de 13 de julho de 2007. Em seu art.13, revogou a Resolução CNE/CES n. 7. Ou seja, revogou-se, com esta última Resolução, exatamente aquela que revogava a criação do *currículum mínimo*.

(12) Apenas o Centro Universitário La Salle (UNILASALLE) informou que a disciplina foi obrigatória na grade curricular da instituição entre 1996 e 2001, quando houve uma reforma curricular que a transformou em disciplina eletiva, assim permanecendo até a data da consulta.

áreas metropolitanas, como no interior do país, seja no Sul, no Sudeste, no Nordeste ou no Centro-Oeste, com exceção apenas da região Norte conforme já mencionado. Sua introdução, entretanto, tem sido gradual, remontando aos anos 1970/1980 nas grandes escolas, e nas escolas de menor porte, nas quais os interesses acadêmicos são menos arraigados, isto tem ocorrido mais recentemente, podendo-se tomar o final de 1990 e o início da década de 2000 como um período de referência.

Um aspecto interessante é que a disseminação desse curso tem ocorrido tanto nas instituições de ensino privadas quanto nas escolas públicas. De fato, daquelas que afirmaram ministrar regularmente a disciplina, 54,5% eram privadas, sendo as demais 45,5% de natureza pública, regra geral representadas por Universidades Estaduais e Federais.

(b) Nomenclatura

O exame do conjunto dos programas recebidos permite concluir que a expressão “Economia do Trabalho”, isoladamente como título desta disciplina, já se encontra plenamente consolidada. Das IES que oferecem a disciplina, 78,9% adotam este título sem qualquer outro qualificativo. Há, contudo, mixagem com outros temas, mas estes parecem se restringir a dois: Demografia e Tecnologia. No primeiro caso, quando existe uma parte da disciplina para assuntos populacionais, e no segundo caso, quando se aborda a questão da automação e do processo de trabalho.

(c) Análise sucinta do conteúdo dos programas

(i) Sob o rótulo de Economia do Trabalho, adotado maciçamente pelas IES de graduação, se esconde uma multiplicidade de enfoques da disciplina, sem qualquer predomínio deste ou daquele tipo de curso, cujo único elo, no entender do autor, é voltar-se para a *análise e compreensão do mercado de trabalho sob alguma ótica*. Há enfoques mais frequentes, ou então temas mais recorrentes em grande parte dos programas, mas não existe um programa predominante. Conforme veremos adiante, no ensino de pós-graduação há um predomínio do paradigma neoclássico tradicional, com grande parte dos programas contemplando o ensino do modelo competitivo do mercado de trabalho, suas variantes e seus avanços recentes. Mas, no caso da graduação, embora haja a preocupação em mostrar como se forma a oferta e a demanda, os programas das IES apresentam inúmeros outros tópicos relativos ao mercado de trabalho, seja de cunho teórico, ou de natureza empírica, que sem lhe tirar o mérito de um curso, raramente permite saber qual o tipo de formação que se quer dar ao aluno, em termos de enfoque sobre o mercado de trabalho, além das noções básicas sobre oferta, demanda e equilíbrio de mercado.

(ii) Outra observação diz respeito à predominância de tópicos ou enfoques microeconômicos, com poucas escolas oferecendo algum tipo de enfoque macroeconômico do mercado de trabalho. Parece haver também uma deficiência com relação ao aspecto conceitual referente à mensuração das principais variáveis definidoras do mercado de trabalho. Tem merecido pouca atenção, ainda, a formulação de políticas públicas voltadas para a área trabalho e um tópico relativo às teorias sobre a evolução histórica do mercado de trabalho.

(iii) Existe uma clara preocupação de quem formula o programa em mesclar aspectos ou temas teórico-conceituais, com as estatísticas e o debate contemporâneo sobre o mercado de trabalho brasileiro. Isto não se restringe às variáveis mais difundidas como salários, emprego e desemprego, mas, também, à questão sindical, às negociações coletivas, ao impacto da globalização, relações entre Estado, trabalhadores, regulação do trabalho, questões demográficas, reformas trabalhistas e sindical, impactos da tecnologia sobre as profissões e ocupações, distribuição de renda e parcela salarial, entre outros.

(iv) Nem todas as IES informaram a carga horária da disciplina, mas dentre as que o fizeram, 63,6% disseram que esta é de 60 horas/aula, por semestre, sendo este, portanto, o valor mais frequente. Há, contudo, escolas que atribuem até 80 horas/aula, enquanto outras conferem menos prestígio à disciplina, pois a carga horária não passa de 36 horas/aula por semestre.

(d) Bibliografia

Assim como o conteúdo dos programas, há uma vasta diversidade bibliográfica. Essa diversidade ocorre de várias formas, mesclando, dentro de um mesmo programa, textos teóricos com textos históricos, livros de enfoque neoclássico com outros de visão marxista, e assim por diante. Ou seja, ainda que um determinado curso tenha alguma uniformidade programática, a lista de leitura, em boa parte deles, parece mais atrelada aos interesses do professor, do que à orientação que o curso pretensamente pretenda dar.

Detectou-se, entretanto, num conjunto significativo de escolas, cerca de 40,0% das que oferecem a disciplina, a inclusão entre as referências bibliográficas do livro-texto *A Moderna Economia do Trabalho — Teoria e Política Pública*, de Ronald Ehrenberg e Robert Smith, obra produzida nos Estados Unidos, em língua inglesa, mas traduzida para o português. Embora de predominância neoclássica esta obra possua também alguns aspectos institucionalistas, cobrindo um amplo conjunto de temas sobre o funcionamento do mercado de trabalho. Outros textos que aparecem citados, mas com frequência menor são George Borjas e Kaufmann e Hotchkiss, ambos de orientação tradicional neoclássica.

Nos cursos em que o enfoque é de orientação marxista e/ou a abordagem é sobre os processos de trabalho, além das obras do próprio autor uma referência muito utilizada é o livro *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, de Harry Braverman.

No conjunto de programas recebidos observou-se uma grande utilização de livros, artigos, teses, dissertações, monografias, relatórios, documentos e material de autores nacionais retratando as características e as condições do mercado de trabalho brasileiro. Uma olhada mais atenta, porém, revela que as escolas de pequeno porte, ou aquelas mais distantes dos grandes centros urbanos, incluem em seus programas referências bibliográficas nacionais já defasadas ou superadas no tempo.

Isto pode estar indicando um desconhecimento do que tem sido produzido mais recentemente, ou então reflete uma falta de contato com os centros de produção científica de maior porte, ou mesmo até a falta de bons mecanismos de disseminação do conhecimento, da informação e dos resultados de pesquisas científicas geradas no país.

4.2. O ensino de Economia do Trabalho na pós-graduação⁽¹³⁾

A análise dos programas recebidos será enfocada sob os seguintes aspectos: alcance e abrangência da disciplina; nomenclatura; conteúdo dos programas e bibliografia. Ressalta-se que será aqui apresentada uma “tendência predominante” uma vez que, assim como no estudo realizado em 1990, verificou-se tratar de uma disciplina bastante heterogênea quanto ao conteúdo e de caráter eletivo.

(a) O alcance e abrangência da disciplina

A observação dos programas recebidos permite notar semelhanças e diferenças com o que se constatou sobre as características do ensino dessa disciplina na graduação. Uma semelhança é sua natureza eletiva por excelência, embora não esteja relacionada a necessidade de pré-requisitos. Outra semelhança é a diversidade de cursos, mas em menor escala, em decorrência do intercâmbio de professores e experiência de pesquisa entre escolas de pós-graduação, o que aumenta a afinidade entre elas, ou pelo menos entre áreas de pesquisa. Uma terceira semelhança, é que parece haver uma predominância, mas não uma hegemonia, dos cursos voltados para a formação neoclássica tradicional.

Dentre as diferenças, algumas se destacam. A primeira é que o conteúdo da Economia do Trabalho na pós-graduação, inclusive por ser disciplina eletiva, encontra-se muitas vezes atrelado aos interesses do professor, e de sua linha de pesquisa, enquanto na graduação isso não ocorre. Nesse sentido, aparecem disciplinas cujo título difere do padrão, por exemplo, *Estrutura e Dinâmica da Ocupação*, mas o conteúdo é totalmente voltado para o ensino da Economia do Trabalho, nos moldes tradicionalmente consagrados em livro-texto.

Outra característica distintiva observada na pós-graduação, na esfera das grandes escolas, ligadas ao chamado *mainstream* do ensino de Economia, é a oferta da disciplina de forma sequencial. Além de aproveitar a potencialidade dos professores da Instituição, este expediente tem a função de complementar uma área de estudo, ou de concentração em pesquisa, aumentando as possibilidades dos alunos na escolha de seu tema para dissertação de mestrado ou tese de doutorado. Isto também ocorre em outros centros de pós-graduação, com a existência de mais de um curso na área de Economia do Trabalho, mas sem que haja uma seriação.

Outro aspecto a ressaltar é que no ensino de pós-graduação, com a possibilidade de haver uma sequência de curso, a riqueza de temas é maior, assim como a diversidade de enfoques teóricos e conceituais é mais ampla. Além disso, de acordo com as informações fornecidas, percebe-se que não há distinção no conteúdo da disciplina para o nível de mestrado ou de doutorado, sendo ela oferecida de forma única, para ambos os níveis de programas, quando estes coexistem num determinado centro de pós-graduação.

Por fim, outra diferença marcante com os resultados obtidos para o nível de graduação refere-se à grande concentração da oferta de disciplinas em instituições de ensino de natureza pública, pois 77,8% dos centros da ANPEC que disseram oferecer a disciplina

(13) Esta seção se fundamenta no quadro 2 do texto completo publicado nos Anais da ABET a que se refere a nota de rodapé n. 1.

são Universidades Federais ou Estaduais. Mas isto está refletindo muito mais o fato de que o ensino de pós-graduação em Economia concentra-se na esfera pública, do que propriamente que a disciplina Economia do Trabalho é oferecida somente por este tipo de instituição.

(b) Nomenclatura

O título predominante no ensino de pós-graduação é “Economia do Trabalho”, em muitos casos de forma sequencial, conforme já foi mencionado. Alguns outros temas acompanham este título em algumas instituições. Entre estes temos, Tecnologia, Desenvolvimento e Sindicatos. Outros títulos emblemáticos são “Economia Política do Trabalho” e “Economia Social e do Trabalho”.

No caso do título tradicional Economia do Trabalho ele se associa, regra geral, mas não somente, ao ensino da teoria neoclássica tradicional, seus desdobramentos recentes, inclusive com forte apelo quantitativo. Já a Economia Política ou Social do Trabalho, associa-se quase sempre ao ensino dos processos de acumulação e à visão não ortodoxa do funcionamento da Economia e do mercado de trabalho, e identificada com uma linha marxista de ensino.

(c) Um exame sucinto do conteúdo dos programas

Por se tratar de uma disciplina eletiva, e tendo em vista que o conteúdo dos programas de pós-graduação está, regra geral, associado aos interesses do professor, fica difícil haver algum tipo de homogeneidade nesses cursos, mesmo dentro de um determinado enfoque. Assim, trata-se de uma tarefa difícil analisar o conteúdo dos mesmos por um único critério.

Alguns comentários mais pertinentes são, contudo, a seguir realizados.

(i) As Instituições que oferecem Economia do Trabalho, nos moldes tradicionais, definem um conteúdo predominantemente microeconômico, mesmo quando há uma sequência. No primeiro curso são ensinados os conceitos básicos do modelo de formação de salários e emprego neoclássico, e nos demais veem desdobramentos que podem ou não seguir os avanços recentes da teoria tradicional. Entre outros exemplos existentes dentre os programas recebidos, podemos citar que, na FEA-USP, o segundo curso envereda por uma avaliação das instituições no mercado de trabalho, o papel das políticas públicas e os direitos fundamentais no trabalho. Na UCB, há uma sequência de mais três cursos, todos, porém, de cunho microeconômico, culminando por temas específicos como economia da saúde, economia do suicídio, economia dos esportes e economia da previdência social. Na PUC-RJ, ensina-se a questão das falhas de mercado, acesso ao crédito em países em desenvolvimento, fecundidade e transição demográfica, trabalho infantil, e outros itens ligados ao funcionamento do mercado de trabalho.⁽¹⁴⁾

(ii) Dentre os centros de pós-graduação que responderam à consulta, apenas 6 deles oferecem mais de duas disciplinas de Economia do Trabalho em sequência. Existem,

(14) Uma exceção é o CEDEPLAR-UFMG, onde o curso de Economia do Trabalho II é o que contempla o modelo neoclássico básico de formação de salário e emprego, enquanto o primeiro curso aborda temas diversos dentro do modelo tradicional.

contudo, duas situações distintas. Um primeiro grupo constituído de centros já consolidados neste nível de ensino — FEA-USP, PUC-RJ, PPGE-UFRS e CEDEPLAR-UFMG — têm oferecido esta sequência da disciplina há muitos anos, não sendo possível precisar, contudo, a regularidade dessa oferta. Por outro lado, existe outro grupo constituído por dois centros relativamente novos, a UEM que oferece 3 cursos, e a UCB que oferece 4 cursos de Economia do Trabalho. Na ausência de outras informações é de se supor que tal expediente visa a contribuir para consolidar a ensino de pós-graduação daqueles centros.

(iii) Independentemente do enfoque adotado, do porte da escola e da localização geográfica, praticamente todos os programas apresentados contemplam, em maior dose, aspectos teóricos conceituais, ficando as evidências empíricas e/ou os temas voltados para a realidade do mercado de trabalho brasileiro com um espaço menor no tempo destinado ao curso, quando isto é contemplado. Ainda assim, alguns centros, como a UFF, a FEA-USP, a UEM, IE-UNICAMP e o IE-UFRJ, incluem explicitamente em seus programas o tratamento de tópicos nacionais.⁽¹⁵⁾

(iv) De qualquer forma, alguns temas conceituais, ou de maior predomínio empírico, voltados para a realidade brasileira começam a fazer parte do programa da disciplina, em decorrência do comportamento e das transições pelas quais tem passado o mercado de trabalho brasileiro ao final do século XX e na primeira década deste século.⁽¹⁶⁾ De fato, alguns temas como o papel das instituições no mercado de trabalho, a questão da regulação, a importância das políticas ativas e passivas como proteção social, a existência de um serviço (ou sistema) público de emprego, a flexibilidade das relações de trabalho, as novas formas de contratação na era da globalização, a importância do diálogo social para garantir os direitos fundamentais, o papel das organizações sindicais, a parcela salarial, a distribuição de renda, o trabalho infantil, entre outros temas, têm aparecido como itens de ensino dentro da Economia do Trabalho.

(v) A evolução do processo de trabalho, a crítica marxista e os impactos do novo paradigma tecnológico também têm sido contemplados nos programas da disciplina. São exemplos de escolas que privilegiam este enfoque o IE-UNICAMP, o IE-UFRJ, a UEM e a UFF.

(vi) Algumas outras disciplinas que apresentam interface relevante com questões do mercado de trabalho aparecem contempladas no conteúdo do programa de algumas instituições. Como exemplo, temos: sindicalismo (CEDEPLAR-UFMG; PPGE-UFRS; UFF, UFSC, e IE-UNICAMP), comércio internacional (FEA-USP e CEDEPLAR-UFMG), além da tecnologia que aparece explicitamente no título da disciplina de alguns centros de ensino. Além disso, há, também, a inclusão no programa de Economia do Trabalho de tópicos relativos a outras áreas de estudo, ou mesmo outras Ciências, como por exemplo, itens sobre Direito (FEA-USP, PUC-RJ), Saúde (PUC-RJ; UCB), e Demografia (UEM, UCB e PUC-RJ).

(15) Embora não haja dúvida da prioridade do enfoque em modelos teóricos revelado pela maioria dos programas de Economia do Trabalho em nível de pós-graduação, essa ausência de contato com a realidade em estatísticas e temas brasileiros não é tão acentuada, pois parte da análise dessa “realidade” empírica ocorre na forma de estudo de caso, apresentado, regra geral, em sequência ao final de um item teórico, o que nem sempre aparece explicitamente no programa da disciplina.

(16) Sobre estas transições econômicas e alguns de seus impactos no mercado de trabalho brasileiro ver, entre outros, Chahad (2006).

(d) Bibliografia

O conjunto de programas recebidos (em nível de pós-graduação) permite concluir que a bibliografia da disciplina Economia do Trabalho, no ensino de pós-graduação é ampla e variada. Mas, diferentemente do nível de graduação, isto não decorre de uma possível dispersão, ou descompasso entre o programa proposto e o interesse do professor em colocar referências em excesso ao que necessita.

Nesse caso, parecem contribuir para bibliografias amplas, aspectos como a própria natureza do programa de pós-graduação que pode exigir mais leituras do aluno, o nível de conhecimento do aluno que permite obrigá-lo a leituras mais sofisticadas, e a maior oferta de material para leitura, seja em razão do motivo anterior, seja pelo fato de o aluno necessitar ler em uma segunda língua.

Existem cursos que são baseados em artigos de periódicos, enquanto outros mesclam artigos com livros, sendo que outros fazem uso também de relatórios de pesquisa. Nenhum faz uso, aparentemente, de alguma referência básica, mas o livro-texto de Ronald Ehrenberg e Robert Smith, já mencionado, aparece citado em vários centros de pós-graduação. Em escolas mais voltadas para o ensino do chamado *Mainstream* aparecem mencionados Geoge Borjas e Pierre Cahuc e André Zylberberg, não como livros-texto, mas preenchendo boa parte do programa em que são inseridos.

Entre os cursos de orientação marxista, voltados para a questão dos processos de trabalho, automação e temas semelhantes, o livro de Braverman, já citado, é muito utilizado como referência bibliográfica.

5. O ENSINO DE ECONOMIA DO TRABALHO: BRASIL VS RESTO DO MUNDO

Esta seção procura fazer uma comparação entre o que é ensinado no exterior, sob o título de Economia do Trabalho, e o que vimos ser ministrado em território brasileiro nesta disciplina. A ideia dessa comparação está no fato de se saber se estamos praticando um ensino muito próximo ou muito distante do denominado conhecimento de fronteira nesta área.

Com o intuito de realizar esta comparação foi realizada uma ampla busca na Internet sobre Instituições de ensino na área de economia, mapeando as diversas regiões do mundo. Ao final desta busca foram amostradas 25 Instituições que ofereciam a disciplina com o título Economia do Trabalho, ou similar, permitindo-se concluir que a mesma encontra-se amplamente disseminada pelo mundo como uma área de estudo no campo das Ciências Econômicas, uma vez que o levantamento realizado obteve dados de Instituições em que ela era ministrada em todas as regiões pesquisadas.⁽¹⁷⁾

(17) A relação completa das Instituições pesquisadas, e a ementa de seus programas, encontra-se no quadro 3 do texto completo publicado nos Anais da ABET a que se refere a nota de rodapé n.1. Esclarece-se que o número de Instituições selecionado foi aleatório não havendo preocupação com qualquer critério de representatividade amostral, uma vez que o objetivo desta seção é tão somente comparar o conteúdo da disciplina ministrada em Instituições brasileiras com aquela ensinada no Resto do Mundo. Os nomes das Instituições também foram obtidos por critérios aleatórios, principalmente, em decorrência da facilidade de acesso e navegação no endereço eletrônico da mesma. Eles foram obtidos dentre as “*Top 200 Universities and Colleges World Wide*”, publicado como parte do *4 International Colleges & Universities*. Ver site <www.4icu.org/top200/index.htm>, na Internet. Buscou-se, entretanto, selecionar aquelas Instituições de maior renome no cenário internacional.

Antes da comparação pretendida vejamos, sucintamente, as principais características da Economia do Trabalho ensinada nas escolas do Resto do Mundo.

5.1. O ensino de Economia do Trabalho em nível de graduação no cenário internacional

(i) O título consagrado internacionalmente parece ser “Economia do Trabalho”, mas aparecem variantes bastante próximas seja ampliando ou qualificando este título. Entre estes temos, como exemplos, “Economia do Mercado de Trabalho” (Boston University, Princeton University), “Economia do Trabalho e Políticas de Bem-Estar” (Yale University); “Economia do Trabalho e Relações Industriais” (Australian National University).

(ii) Existe uma relativa pluralidade de temas, ainda que eles se repitam de uma forma ou de outra em quase todas as Instituições selecionadas, mas a filosofia da disciplina é a busca de uma compreensão geral do funcionamento do mercado de trabalho e o entendimento dos fenômenos que daí resultam. No caso das grandes escolas norte-americanas, existe um fio condutor que pode ser resumido na *aplicação do instrumental teórico descrito pela escola neoclássica ao funcionamento do mercado de trabalho e suas aplicações em políticas públicas*.

(iii) De qualquer forma, contudo, um traço comum observado a nível internacional é uma predominância do enfoque microeconômico, ainda que algumas escolas contemplem também aspectos macroeconômicos. Nesse caso, isto sempre representa uma parte menor do programa.

(iv) As informações coletadas não permitem saber com precisão se esta disciplina tem sido tratada como eletiva ou obrigatória em nível internacional. A experiência, contudo, indica tratar-se de uma eletiva. O certo, porém, é que em 16 das 25 Instituições consultadas existe a obrigatoriedade de pré-requisitos para cursar a Economia do Trabalho. Regra geral, a matéria que deve ser de conhecimento prévio é *Princípios de Microeconomia*. Algumas escolas norte-americanas e inglesas exigem também *Princípios de Macroeconomia*. Outro pré-requisito exigido pelas grandes escolas são noções de *Econometria*.

(v) Nota-se um predomínio do enfoque teórico sobre as questões empíricas relativas ao mercado de trabalho na maioria dos programas consultados. Parece haver uma preocupação com a formação de um paradigma que oriente o aluno, e não que o mesmo se volte somente para o aprendizado em cima dos fatos do cotidiano, bem como das estatísticas do mercado de trabalho. Por esta razão, nem todos os programas contemplam a análise do funcionamento, das Instituições e das estatísticas do mercado de trabalho nacional. Quando isto ocorre, o tempo do curso destinado a este tema é relativamente pequeno.⁽¹⁸⁾

5.2. O ensino da Economia do Trabalho em nível de pós-graduação no cenário internacional

(i) O título mais frequente é “Economia do Trabalho”, mas, do mesmo modo que na graduação, aparecem qualificativos ou extensões, tais como: “Economia do Trabalho

(18) Dentre as Instituições consultadas uma exceção é a Harvard University, cujo Departamento de Economia oferece dois cursos de graduação na área de Economia do Trabalho, sendo um deles inteiramente dedicado a investigar o “Mercado de Trabalho dos EUA”.

e Instituições do Mercado de Trabalho” (Harvard University) e “Economia do Trabalho e Relações Industriais” (Australian National University).

(ii) A oferta sequencial da disciplina parece ser uma realidade apenas das escolas norte-americanas, particularmente as de grande porte, assim como a oferta simultânea do curso em nível de graduação e de pós-graduação. No caso da oferta sequencial, o primeiro curso tende a abordar o modelo neoclássico de formação de salários e emprego, mas com forte viés quantitativo, enquanto o segundo curso aborda temas diversos como o papel das Instituições, diferenciais compensatórios de salários, impacto dos sindicatos, e outros tópicos avançados em mercado de trabalho, dependendo da Instituição considerada.

(iii) Das Instituições consultadas 20 ministram a disciplina nos programas de pós-graduação e, em 13 delas, há exigência de pré-requisitos. O mais comum é Teoria Microeconômica, aparecendo também Microeconomia Intermediária, Econometria, Macroeconomia e Cálculo.

(iv) Não se contempla no programa de curso uma parte investigando explicitamente o mercado de trabalho nacional. Este deve ser objeto de avaliação de forma fracionada, dentro de cada tópico de curso. Ou seja, a realidade estudada não é do mercado de trabalho local de forma integrada, mas este é contemplado, aparentemente, por partes após a discussão teórica de cada tópico do curso.

5.3. Semelhanças e diferenças do ensino de Economia do Trabalho entre o Brasil e o Resto do Mundo⁽¹⁹⁾

Esta não é uma tarefa simples, seja em decorrência das diferenças culturais, de nível de desenvolvimento econômico, e até mesmo de orientação pedagógica e educacional entre países, seja em função das restrições impostas pelas informações obtidas por consulta direta pela Internet, e não por uma pesquisa desenhada especialmente para este fim.

O conjunto das ementas obtido junto às Instituições que ministram a disciplina no cenário internacional, tanto envolvendo escolas no topo do *ranking* internacional, e outras de menor prestígio, assim como as que se encontram espalhadas pelas diversas regiões do mundo, permitiu realizar as conclusões a seguir estabelecidas.

(a) O ensino de **graduação** no Brasil é bastante semelhante ao que é oferecido no cenário internacional, sob o rótulo “Economia do Trabalho”: o objetivo central do curso é voltar-se para a *análise e compreensão do mercado de trabalho sob alguma ótica*. Existe um modelo básico para explicar o mercado de trabalho, recheado por outros temas relativos ao mercado de trabalho, completando o curso. Nesse caso, tanto aqui como no Resto do Mundo, parece haver um predomínio, sem que signifique hegemonia, e uma herança do modelo neoclássico, ao estilo do que se ensina nas escolas inglesas e norte-americanas. Consequentemente, a ênfase microeconômica que ocorre no Resto do Mundo é, também, aqui, muito ensinada.

(19) Não foi possível fazer uma comparação com relação à bibliografia mais comumente utilizada nas Instituições internacionais. A razão é que os sites das Universidades consultadas não permitem o acesso aos programas completos das disciplinas, seja em nível de graduação, seja na pós-graduação. O usuário comum tem acesso tão somente a uma ementa do programa.

(b) Outra semelhança é que se contemplam mais aspectos teóricos do que empíricos, tendo sobrado pouco espaço para apreciação das Instituições e dos indicadores do mercado de trabalho nacional. Isto significa que o curso de Economia do Trabalho, apesar de ser uma disciplina eletiva, é considerado pelos especialistas da área como de formação profissional, com a teoria, os aspectos conceituais e a modelagem precedendo as análises empíricas. Isto ocorre tanto no Resto do Mundo quanto no Brasil.

(c) Dentre as diferenças, a principal diz respeito à exigência de pré-requisitos que aparece nas escolas do Resto do Mundo, em especial as norte-americanas, mas não no caso brasileiro. Em geral, o aluno, para cursar esta matéria, deve possuir os Princípios de Microeconomia e, às vezes, de Econometria e de Macroeconomia. Esta obrigatoriedade não só limita o acesso dos pretendentes a cursar esta disciplina, mas, também, permite ao professor aprofundar os temas de Economia do Trabalho nesses pré-requisitos.⁽²⁰⁾

(d) Os resultados verificados para o nível de graduação se repetem para o nível de pós-graduação: o que se ensina na disciplina Economia do Trabalho no Brasil guarda uma semelhança muito grande com o que se ensina no Resto do Mundo. Mesmo quando há uma sequência de cursos (Economia do Trabalho I e Economia do Trabalho II), o conteúdo tende a ser parecido. No primeiro curso se oferece o modelo competitivo de natureza neoclássica referente à formação de preços e salários, e no segundo os principais avanços dos chamando *mainstream* em Economia do Trabalho.

(e) A diferença principal no ensino de pós-graduação da disciplina está na necessidade de pré-requisitos que são mais frequentes nas escolas internacionais, e não existem nas instituições brasileiras de mestrado e doutorado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte das conclusões e inferências foi sendo realizada ao longo do desenvolvimento do texto, sendo aqui formuladas considerações de caráter mais geral.

a) O ensino de Economia do Trabalho encontra-se disseminado no Brasil, estando plenamente consolidado como uma linha de ensino na graduação e de ensino e pesquisa na pós-graduação. Sua dimensão é nacional, atingindo todas as regiões, bem como é oferecida tanto por instituições públicas quanto por escolas privadas.

b) Aquilo que é ensinado na maioria das IES brasileiras, em ambos os níveis, tem acompanhado o que é ministrado, em termos médios, nas Instituições internacionais na área das Ciências Econômicas. Nesse sentido, as escolas do país não estão distantes do ensino do chamado “conhecimento de fronteira”, que é gerado no exterior. Além disso, nota-se que boa parte da produção científica nacional é, também, incorporada nas referências bibliográficas dos cursos, indicando um crescente esforço de pesquisa na área de Economia do Trabalho.

(20) Esta conclusão deve ser tomada com cautela, pois a informação sobre pré-requisito não apareceu nos programas enviados pelas IES brasileiras, apesar de explicitamente solicitada pelo autor. A ausência da informação foi tomada como inexistente o que pode não ser verdade. Sabe-se, por exemplo, que a FEA-USP adota a exigência de pré-requisito para Economia do Trabalho, o que pode ser o caso de outras IES, que no entanto não informaram este fato.

c) Existe um relativo predomínio, mas não hegemonia, do ensino do modelo tradicional neoclássico, com enfoque microeconômico, o que tem ocorrido paralelamente à oferta de programas com linhas de pensamento alternativas, voltadas para a crítica deste modelo, e aspectos mais voltados para o impacto sobre o trabalho decorrente dos processos da acumulação do capital e dos processos de trabalho. Outro enfoque que começa a despontar tem a marca da escola institucionalista.

Certamente essa questão do perfil dos cursos de Economia do Trabalho no Brasil poderia ser mais e melhor explorada, trazendo resultados mais amplos, novas evidências e inferências mais seguras. O que aqui se relatou, contudo, foi o que era possível pela quantidade e qualidade dos dados obtidos. Apesar do interesse e da boa vontade das IES, a pesquisa eletrônica por meio da Internet possui suas limitações, o que foi agravado pelas restrições de recursos, dificultando uma institucionalidade maior em direção a uma pesquisa mais profunda, diretamente nas Instituições.

Assim, questões como a existência de pré-requisitos, a frequência com que a disciplina é oferecida, uma lista dos docentes atuando na área, um aprofundamento da questão bibliográfica, a relação entre os cursos de graduação e pós-graduação, entre outras, não puderam ser abordadas, deixando este estudo incompleto, e clamando por um novo projeto em futuro próximo, se possível com patrocínio de alguma Instituição de fomento ao ensino e à pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BORJAS, George J. *Labor economics*. McGraw-Hill Internacional Editions, USA: Economics Series, 1996.

Boston University. <<http://www.bu.edu/econ/>>.

Brown University. <<http://www.brown.edu/Departments/Economics/>>.

California University. <<http://emlab.berkeley.edu/econ/>>.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. O perfil dos cursos de economia do trabalho no Brasil. In: *Literatura Econômica*, vol. 12, IPEA, Instituto de Planejamento Econômico e Social, p. 107 — 124, Jan./Dez. 1990.

———. *O emprego formal no Brasil entre 1992-2006: Comportamento, tendências atuais e suas causas explicativas*. JUNIORMACAMBIRA (org.). *O mercado de trabalho formal no Brasil*, Fortaleza, CE: Imprensa Universitária, CE, 2006.

Columbia university. <<http://www.columbia.edu>>.

EHRENBERG Ronald G.; SMITH, Robert S. *A moderna economia do trabalho — teoria e política pública*. São Paulo: Makron Books, 5. ed., 2000.

El Colegio de México. <<http://www.colmex.mx/centros/cee/index.htm>>.

GARRATY, John A. *Unemployment in history, economic thought and public policy*. New York: Harper y Row Publishers, 1978.

GORDON, David. *Theories of poverty and unemployment*, Lexington: Lexington Books, 1972.

Harvard University. <<http://www.economics.harvard.edu/>>.

Johns Hopkins University. <<http://www.econ.jhu.edu/>>.

KAUFMANN, Bruce E.; HOTCHKISS, Julie L. *The economics of labor markets*. United States: The Dryden Press, Harcourt College Publishers, Fifth Edition, 1999.

KERR, Clark. The neoclassical revisionists in labor economics, (1940 — 1960) — R.I.P. In: KAUFMAN, Bruce E. (Eds). *How labor markets work: reflections on theory and practice* by John Dunlop, Clark Kerr, Richard Lester, and Lloyd Reynolds, Lexington: Lexington Books, 1-46, 145-203, 1988.

Kobe University. <<http://www.econ.kobe-u.ac.jp/english/publication/er.html>>.

London School of Economics. <<http://www.lse.ac.uk/>>.

McNULTY, Paul. *The origins and development of labor economics*. Cambridge: MIT Press, 1980.

Ministério da Educação. <<http://www.mec.gov.br/>>.

Massachusetts Institute of Technology. <<http://econ-www.mit.edu/>>.

Pontificia Universidad Católica de Chile. <<http://www.economia.puc.cl/index/index.asp>>.

Princeton University. <<http://www.princeton.edu/main/academics/>>.

REBITZER, James B. Radical political economy and the economics of labor markets. *Journal of economic literature*, n. 31, p.1394 — 1434, Set, 1993.

Stokholm Universitet. <http://www.ne.su.se/index_en.php?set_lang=en_US>.

The Australian National University. <<http://cbe.anu.edu.au/schools/eco/>>.

The Chinese University of Hong Kong. <<http://www.econ.cuhk.edu.hk/dept/index-new.php>>.

Universidad Complutense de Madrid. <<http://www.ucm.es/centros/webs/fccee/>>.

Universidad de Los Andes. <<http://economia.uniandes.edu.co/html/home/home.php>>.

Universidade de Buenos Aires. <<http://www.econ.uba.ar/>>.

University of Cambridge. <<http://www.econ.cam.ac.uk/>>.

University of Chicago. <<http://economics.uchicago.edu/>>.

University of Illinois at Chicago. <<http://www.uic.edu/cba/cba-depts/economics/>>.

University of Michigan. <<http://www.econ.lsa.umich.edu/econ/>>.

University of South Africa. <<http://www.unisa.ac.za/>>.

University of Toronto. <<http://www.economics.utoronto.ca/index.php>>.

Yale University. <<http://www.econ.yale.edu/>>.